

EMPREGOS VERDES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: O CASO FRANCÊS E SUA APROXIMAÇÃO COM O NORDESTE DO BRASIL

Green jobs, development and sustainability: the French case and its approach to Northeastern Brazil

Maione Rocha de Castro Cardoso

Economista. Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB) e em Geografia e Gestão do Território (Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle). Profa. Adjunta da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Av. Paranjana, 1700, Campus do Itaperi, Itaperi, CEP: 60.740-903, Fortaleza, CE, Brasil. maionerb@yahoo.com.br

Gil Célio de Castro Cardoso

Economista. Doutor em Desenvolvimento Regional (UFRN). Prof. Adjunto da Universidade de Brasília – UnB. gil.celio@yahoo.com.br

Resumo: este trabalho tem o objetivo de analisar como o meio ambiente tem oportunizado a criação dos denominados “empregos verdes” na região Nordeste do Brasil, tomando como referência a experiência francesa, no período de 1997 a 2007. Os empregos verdes são entendidos como os postos de trabalho relacionados às atividades sustentáveis, que assegurem eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Para a realização deste estudo, foram utilizados os dados fornecidos pela RAIS/MTE (Brasil) e La documentation Française e IFEN/ORME (França), sendo a análise dos dados de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica/documental. Como resultado, observou-se que o surgimento de uma nova etapa na busca de uma proposta de desenvolvimento sustentável para o nordeste brasileiro não vem acompanhada de alterações significativas na forma de atuar das instituições no que se refere à gestão das políticas públicas e à criação de novas modalidades de postos de trabalho, como os empregos verdes. Conclui-se que, apesar de ser crescente o número de empregos gerados no Nordeste e no Brasil, no período estudado, ainda não se nota no País, uma tendência de se utilizar o meio ambiente na formulação de políticas públicas que coloquem os empregos verdes como elemento importante na promoção do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Palavras-chave: empregos verdes, desenvolvimento regional, nordeste, políticas públicas, sustentabilidade.

Abstract: This paper aims to analyze how the environment has enabled the creation of so-called "green jobs" in the region Northeast of Brazil, from the French experience during the period from 1997 to 2007. Green jobs are defined as jobs related to sustainable activities that ensure economic efficiency, social justice and ecological prudence. For the realization of this case study, we used data provided by RAIS / MTE (data for Brazil) and La documentation Française and Ifen / ORME (France). This analyses is qualitative, descriptive and bibliography. The emergence of a new stage in the search for a proposal for sustainable development in the Brazilian Northeast is not accompanied by significant changes in the manner of operation of the institutions with regard to the management of public policies and the creation of green jobs. We conclude that, although increasing the number of jobs generated in the Northeast during the study period, this is not observed to the total for Brazil. That is to say, there is not tendency to use the environmental sector in the formulation of public policies for the social and environmental jointly, to the generation of green jobs and the promotion of sustainability.

Keywords: green jobs, development regional, northeast, public policy, sustainability.

Recebido em 28 de fevereiro de 2013 e aprovado em 23 de julho de 2013

1 Introdução

O tema desenvolvimento sustentável envolve múltiplos elementos em seus discursos e práticas, o que pode tornar a sua operacionalização difícil para alguns setores da economia e da sociedade. Ressalta-se que no Brasil, particularmente, o tema ainda carece de mais estudos, principalmente no trato simultâneo das questões do meio ambiente aliado ao emprego. Neste aspecto, ainda se observa no País a inexistência de uma base de dados que permita respaldar a realização de

pesquisas e trabalhos científicos, bem como mensurar a efetividade das políticas públicas neste setor.

Vários autores, dentre eles Bursztyn (2001) e May, Lustosa e Vinha (2003), destacaram a relevância das questões ambientais como fator determinante de competitividade econômica, principalmente no exterior. Este fato se deve à crescente preocupação com o meio ambiente e a sua incorporação nas questões econômicas, dada a maior conscientização sobre a escassez dos recursos naturais e o grau de degradação do meio físico como resultado das atividades humanas

no uso indiscriminado desses recursos, e o aumento da poluição em nível mundial.

Assim, este artigo identificou e comparou as políticas e programas de geração de empregos verdes existentes na Europa, particularizando a experiência da França, em relação às políticas e programas que podem gerar empregos no setor de meio ambiente no Brasil, procurando especificar esta situação para a região Nordeste. Nesse sentido, buscou-se especificamente: delinear a relação entre emprego e meio ambiente, apresentando alguns elementos da política de inclusão social da França através do setor ambiental; bem como identificar quais seriam as novas definições ou criação de categorias de empregos decorrentes da sinergia com o meio ambiente e compará-las com os dados levantados para o Nordeste do Brasil.

Convém esclarecer que a razão para se estudar a experiência francesa de intervenção governamental no meio ambiente, decorre do fato de que, dentre os países membros da União Europeia, a França é pioneira nessa questão e bastante atuante na implementação de programas e ações que articulam a questão do emprego e do meio ambiente. Outro exemplo seria a Alemanha, que também é bastante atuante nas questões ambientais, mas por apresentar na sua história contextos políticos diferentes dos vivenciados pelo Brasil e pela França, notadamente durante grande parte do século XX, consideramos difícil a aproximação entre o Brasil e Alemanha quanto ao contexto político.

Nesta pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, utilizaram-se dados de relatórios oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE/Brasil), microdados¹ e informações disponibilizadas por vários órgãos governamentais, nacionais e estrangeiros, como *La documentation Française* e IFEN/ORME (França). A fundamentação teórica deste estudo é a noção de desenvolvimento sustentável proposta pelo Relatório Brundtland e os postulados da Agenda 21, de 1992, com destaque para o seu princípio de número 4 que diz: “*Para se alcançar um desenvolvimento sustentável a proteção do ambiente deve fazer parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser encarada de forma isolada*”.

Estima-se, portanto, identificar esses novos postos de trabalho, procurando saber se nas categorias de empregos já existentes, é possível incorporá-los ao universo das políticas públicas ambientais. Por exemplo: o professor que passar a ministrar aulas em matéria de meio ambiente (educação ambiental), passaria a ser considerado como um trabalhador verde?

Como será visto essa seria uma das dificuldades de se delinear a categoria de emprego verde, e este artigo visa contribuir para a discussão de como garantir

melhorias à população decorrente de outra estratégia de produção, considerando a necessidade de repensar as condições de crescimento econômico das gerações presente e futura, com criação de empregos e preservação ambiental. Buscou-se, assim, mostrar que há categorias antigas e novas de empregos que estão inseridas em atividade sustentáveis e como tais, devem ser consideradas como empregos verdes. A experiência internacional nos ajudará a compreender melhor este tema.

2 As diretrizes internacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a geração dos empregos verdes

Um estudo comparado entre países tem suas limitações, mas também tem sua relevância. Apesar das disparidades de desenvolvimento entre os países da Europa e o Brasil, as experiências vivenciadas pelos primeiros podem servir de base para o planejamento de um desenvolvimento mais limpo e socialmente mais justo para o nosso País. Logo, analisar as ações conjuntas para a promoção de emprego e a melhoria ambiental pode ser referência para o Nordeste do Brasil, conforme apresentado e discutido nos seguintes trabalhos: CES (1994), Comissão das Comunidades Europeias (1997), Comissão Europeia (2000), Celestin (1997), Martins, Ramos e Freire (1998), Filgueira (1998), Martins (2005).

O Relatório do Banco Mundial (1992) propõe que a luta contra a pobreza e a degradação do meio ambiente devem ser vertentes complementares da mesma política de desenvolvimento. Assim, planejar e implementar políticas e programas que levem os governos a promoverem o desenvolvimento ecologicamente racional e sustentável e, ao mesmo tempo competitivo e, ainda, sobrepor os efeitos da política ambiental sobre a economia do mercado de trabalho, é um desafio importante que os governantes devem buscar.

Destacam-se, ainda, outros documentos que reforçam essa necessidade de agregar e sobrepor as ações governamentais ao alcance de objetivos de maior geração de empregos com cuidado ambiental, como o *Tratado de Maastricht*². Este tratado prevê a integração direta dos aspectos ligados ao meio ambiente na elaboração das políticas econômicas (art.130R), conduzindo, inclusive, a orientação destas políticas. E, ainda, devem ser mencionadas as diretrizes aprovadas

¹ Os microdados consistem no menor nível de desagregação de uma pesquisa, geralmente retratando o conteúdo do questionário, preservado o sigilo das informações. Por meio dos microdados é possível, ao pesquisador, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar as suas próprias tabelas de planos tabulares de dados numéricos.

² O Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE) data de 7 de Fevereiro de 1992 na cidade holandesa de Maastricht. O Tratado de Maastricht foi um marco significativo no processo de unificação europeia, fixando que a integração econômica até então existente entre diversos países europeus se somariam numa unificação política, ao que se conhece por União Europeia. O estudo acerca da política europeia (leia-se: dos membros da União Europeia) relativa ao Meio Ambiente pode ser iniciado com a leitura do capítulo XIX do Tratado de Maastricht. (ver mais em: < http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/treaties_maastricht_pt.htm >).

pelo Conselho Europeu e seus Estados Membros no programa “Para o desenvolvimento sustentável”, de fevereiro de 1993; e o “Livro Branco: crescimento, competitividade e emprego – os desafios e as pistas para entrar no século XXI”, de dezembro de 1993.

Essas referências mostram que as políticas públicas devem ser pensadas para caminharem juntas aos objetivos de promover o desenvolvimento e a proteção adequada do meio ambiente. Ou seja, os objetivos propostos devem ter por finalidade a melhoria das condições de vida das pessoas, o aumento de seu bem estar. Assim, o problema do desemprego é colocado algumas vezes em xeque, pois muitos empresários e industriais argumentam que a colocação em prática de regulamentos e políticas de proteção e planejamento ambiental pode ter como resultado o fechamento de seus estabelecimentos e firmas.

Contudo, o problema do desemprego no Brasil e, mais recentemente, na Europa, é resultante das mais variadas mudanças, tais como: endividamento excessivo, reestruturação produtiva e interesses econômicos e financeiros dos países e das empresas, o que aponta para a necessidade de se pensar em novas estratégias para reversão do problema da falta de empregos.

Neste contexto, o meio ambiente pode ser uma importante área estratégica para se promover a criação de empregos e a sustentabilidade em seus principais enfoques (social, econômico e ambiental), os

denominados *empregos verdes*, entendidos como aqueles postos de trabalho ligados direta e indiretamente com o tratamento do meio ambiente, seja para a sua proteção, manutenção ou conservação.

Além disso, enquadram-se também nesta categoria os empregos que proporcionam o aumento da produção de bens e alimentos com menor uso de recursos não renováveis e/ou utilização de bens e matérias-primas alternativas, com a diminuição da emissão de gás carbônico (OIT, 2009b). A expectativa é que, com a geração dos empregos verdes, se contribua para a preservação ambiental, além da promoção de uma maior justiça social e um desejável crescimento econômico, tripé que alicerça as propostas de desenvolvimento sustentável.

Segundo dados do relatório da OIT (2009b), os empregos nos setores renováveis (e recicláveis) no mundo somaram mais que 2,3 milhões em 2006; e deverão ser mais de 20 milhões em 2030. Na França, por exemplo, o número de empregos relacionados à eficiência energética e renováveis são maiores do que na indústria automotriz (OIT, 2009b).

O Quadro 1 mostra uma estimativa de empregos no setor de energias renováveis, para os países sobre os quais há informações disponíveis (2006), mostrando a emergência de mudança na matriz energética mundial, e o consequente aumento de postos de trabalho no setor ambiental.

| Países/Fontes | Eólica | Solar FV | Solar-térmica | Biomassa | Hidrelétrica | Geotérmica | Totais p/ País |
|-------------------|---------|----------|---------------|-----------|--------------|------------|----------------|
| Alemanha | 82.100 | 35.000 | 13.300 | 94.500 | - | 19.000 | 244.800 |
| Espanha | 35.000 | 26.449 | 9.142 | 10.349 | - | - | 80.940 |
| Dinamarca | 21.000 | - | - | - | - | - | 21.000 |
| Europa (subtotal) | - | - | - | - | 20.000 | - | 366.740 |
| Estados Unidos | 36.800 | 15.700 | 1.900 | 312.200 | 19.000 | 21.000 | 406.600 |
| China | 22.200 | 55.000 | 600.000 | 266.000 | - | - | 943.200 |
| Índia | 10.000 | - | - | - | - | - | 10.000 |
| Japão | - | 35.000 | - | - | - | - | 35.000 |
| Brasil | - | - | - | 500.000 | 230.261 | - | 730.261 |
| Total Geral | 207.100 | 167.149 | 624.342 | 1.183.949 | 269.261 | 40.000 | 2.491.801 |

Quadro 1 - Estimativa de empregos no setor de energias renováveis no mundo (2006)

Fonte: OIT. Green Jobs: towards decent work in a sustainable, low carbon world, 2009b.

No referido relatório, a OIT estimou que o mercado global de produtos e serviços ambientais aumente dos atuais US\$ 1,37 bilhão por ano para US\$ 2,74 bilhões em 2030, dos quais a metade seria decorrente da maior eficiência energética, sendo o restante referente aos transportes sustentáveis, fornecimento de água, gestão de serviços sanitários e dejetos. O Brasil é mencionado tanto pelo alto índice de reciclagem de alumínio, que emprega 170 mil pessoas, sendo que deste número, apenas 85 mil catadores estão organizados em associações e cooperativas, e ao todo coletam 90% dos resíduos a serem reciclados ou reutilizados. É importante ressaltar

que, na maioria das vezes, essa coleta é feita de forma precária e insalubre (BRASIL, 2010)³.

Entretanto, o nosso futuro não deve ser delineado apenas pelo crescimento econômico, mas deverá ser acompanhado do aumento do nível de emprego e por um desenvolvimento ecologicamente mais limpo, de forma a garantir que todas as pessoas tenham a possibilidade de ter um emprego decente e de se beneficiarem simultaneamente de um ambiente saudável e de boa qualidade de vida. Para atingir esses

³ Ver mais informações sobre gestão do lixo e reciclagem no Brasil em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/gestao-do-lixo/reciclagem> >.

objetivos, exige-se que se explorem adequadamente as sinergias entre as políticas de ambiente e emprego.

Na França, por exemplo, a política ambiental tem estado orientada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, no sentido de lutar contra a degradação ambiental de forma geral (como as poluições, o excesso de ruídos) e, ainda, estar relacionada aos interesses das atividades humanas e do conjunto da política de urbanismo. Sendo assim, podemos dizer que estas políticas são influenciadas por considerações sociológicas, econômicas e ambientais.

Percebe-se, portanto, a existência de uma forte relação de causa e efeito entre a política ambiental e as políticas referentes à luta contra a pobreza; aos maiores rendimentos; à demografia; à saúde e à educação, as quais estão diretamente interligadas. Assim, ao considerarmos que a pobreza agrava os problemas ambientais, combatê-la faz-se necessário para se alcançar uma eficaz proteção ambiental.

Boggio e Droulers (2008), em suas considerações, analisaram que os processos de descentralização e democratização vivenciados na França e no Brasil são considerados essenciais para a efetividade de uma nova proposta de desenvolvimento, pautada pela sustentabilidade e pela participação da sociedade na sua consecução. E, na França, as políticas públicas têm encontrado nas questões ambientais um lugar propício e estratégico para o desenvolvimento econômico local, do ordenamento territorial, da proteção social e de outros instrumentos de criação de emprego, como será apresentado a seguir.

3 A legislação e a institucionalização na área de meio ambiente e emprego na França

A França é o país mais extenso do continente europeu, possuindo superfície de 547.030 km², possuindo 65,3 milhões de habitantes (2011), estando aproximadamente no mesmo nível que o Reino Unido e a Itália neste quesito. Contudo, as dimensões geográficas da França são bem menores se comparadas às de países de outros continentes, como, por exemplo, os Estados Unidos, o Brasil, a Rússia, a Índia ou a China (FRÉMONT, 2001).

O território francês tem o formato de um hexágono: três grandes faixas dele são banhadas por mar e é limitado por três fronteiras terrestres. Ao sul, faz fronteira com a Espanha e é constituída pela cadeia dos Pireneus. Ao leste, os Alpes e o Jura fecham as fronteiras com a Itália e a Suíça, enquanto que o rio Reno médio separa a França da Alemanha. Estas são as fronteiras "naturais" que atualmente apresentam sérios problemas de travessia, por gargantas, pontes, túneis rodoviários e ferroviários, considerando-se o aumento do tráfego europeu (FRÉMONT, 2001). Por outro lado, ao norte, as fronteiras com a Alemanha, Luxemburgo e a Bélgica são muito mais abertas. Essa região é, em muitos pontos, zona de intensa atividade

transfronteiriça entre a região de Lille e a Bélgica; entre a Lorena, Luxemburgo e o Sarre.

A França é um país privilegiado pela natureza, por contar com três faixas marítimas: ao sul é mediterrânea; ao sudoeste, é atlântica; e ao noroeste, abre-se para o Canal da Mancha e o mar do Norte, o canal marítimo mais frequentado do planeta (FRÉMONT, 2001). Em relação aos elementos naturais, a França o maior em comprimento de costas, além da maior superfície de florestas. O país tem sua indústria bem desenvolvida, sobretudo no Norte e Leste, o que causa preocupação sobre o meio ambiente. A grande necessidade de consumo de energia tem levado a França a buscar alternativas de produção, como a energia nuclear, que traz problemas inerentes ao ambiente.

Como consequência da sua industrialização, houve acelerado desenvolvimento urbano, o que gerou grande densidade populacional, alta motorização e aumento da poluição atmosférica. De modo geral, a concentração da poluição por unidade de superfície está diretamente relacionada às densidades populacionais na França. Contudo, as diferenças na estrutura industrial também se constituem como fator determinante desta poluição (BARRÉ; GODET, 1982). Após essa breve contextualização do território francês e suas fragilidades do meio natural, pode-se vislumbrar o arcabouço institucional desenvolvido e implementado neste país para melhorar suas condições socioambientais.

Como foi anteriormente referido, a França tem sido mundialmente precursora na formulação de leis de cunho ambiental e na institucionalização da gestão territorial dos recursos naturais. Nas décadas de 1960 e 1970, foi criada a maior parte dos dispositivos legais e institucionais francês para gestão do meio ambiente e o controle das poluições. Destacam-se, entre as principais leis e diretrizes desse período: a lei sobre as águas, de 1964; o início de funcionamento das agências de bacias hidrográficas, em 1969; a criação do Ministério do Meio Ambiente, 1971; a lei que regula o quadro sobre os resíduos e as suas disposições, de 1975; e, ainda, as leis sobre a proteção à natureza, criadas em 1976, conforme relataram BIT.ETIEPE (1989) e CELESTIN (1997).

A formação desse quadro institucional foi fundamental para pôr em marcha as ações de preservação e gestão do meio ambiente na França e fortalecer o setor público em matéria ambiental. Segundo Barré e Godet (1982), em 1977 o Estado francês buscou adaptar-se a realidade da degradação ambiental por meio de ações mais seletivas (como o saneamento do litoral) ou esforçando-se em harmonizar as políticas de luta antipoluição com as da economia de energia (incineração com economia de calor); de economia de matérias-primas (reciclagem); de inovação tecnológica (tecnologias adequadas) ou de desenvolvimento regional (programas de ordenamento dos grandes cursos de água).

As primeiras eco-indústrias da França foram criadas no século XIX nos domínios da distribuição da água, da eletricidade, do gás e do lixo. A Associação Geral dos Trabalhadores do setor, denominados “hygiénistes” e “techniciens municipaux”, e que tem a sigla AGHTM (que conhecemos no Brasil como os Agentes de Limpeza Urbana), foi fundada em 1905. “Contudo, o crescimento do quantitativo, a regulamentação, o desenvolvimento e o estabelecimento dessas eco-indústrias, apenas aconteceu após a intensificação do controle e tarifação ambiental, introduzidas na França a partir de 1964” (FRANCE, 2004, p.170).

Nesse sentido, algumas leis foram alteradas com o propósito de dirimir os conflitos e encontrar soluções práticas, como o ocorrido com a lei de 1975, que legislava sobre os resíduos. Essa lei foi alterada em 13 de julho de 1992, dando novo impulso e adicionando objetivos precisos no que diz respeito às empresas: estabelecendo novas responsabilidades, regulamentos e normas de conduta quanto à gestão dos resíduos industriais e dos resíduos industriais especiais.

Ressalta-se que as estruturas institucionais ligadas ao meio ambiente criadas na França foram imprescindíveis para a evolução e o bom andamento dos programas e da legislação em matéria de meio ambiente. No ano de 1970 foi criado o Alto Comitê do Ambiente, que tinha como principais funções: dar esclarecimentos e informações ao governo, ao parlamento e ao País sobre a situação do meio ambiente; e de propor, em linhas gerais, a política ambiental e preparar os programas interministeriais de ações. Como mencionado, em 1971 foi criado o Ministério do Ambiente, que passou por algumas reformulações, mas sempre atuou no âmbito da política do ordenamento territorial.

Vale a pena mencionar outros órgãos e instituições francesas relacionadas ao meio ambiente, tais como: a Agence de l'Environnement et de La Maîtrise de l'Energie (Ademe); a Direção Regional da Indústria, da investigação e do Ambiente (Drire); o Bureau Informations et Prévisions Économiques (BIPE); as Câmaras de Comércio e de Indústria (CCI); o Instituto Francês de Meio Ambiente (IFEN); e o Comitê de Acompanhamento Regional para os Empregos Verdes (Carev), nos quais estão associados diferentes serviços ou estruturas.

A existência dessa estrutura legal e conjunto de instituições foram imprescindíveis para a realização de ações simultâneas com outras instituições nacionais da França, na busca por soluções de inserção econômica da sociedade através do meio ambiente, como a parceria com o Ministério do Trabalho e Social, sendo essa articulação entre as instituições públicas e o setor privado, denominada pelos franceses de Coordenação e Parceria.

Nesse sentido, com o objetivo de atender aos interesses para gerar mais empregos e melhorar o tratamento e preservação do meio ambiente, uma circular de 28 de junho de 1994 estabeleceu a parceria

entre, por um lado, as comunas, as estruturas intercomunais e os sindicatos, que tinham interesse por projetos criadores de empregos verdes; e, por outro lado, os estabelecimentos públicos, que são: as delegações regionais da Ademe; as agências de água; a agência nacional das florestas; o conselho superior de pesca; e os parques nacionais, sob tutela do Ministério do Ambiente.

As boas relações existentes entre a Ademe e as estruturas de inserção conduziram ao estabelecimento de uma verdadeira Parceria Inserção-Ambiente (CELESTIN, 1997). Com o intuito de institucionalizar o Partenariado Inserção-Ambiente, foi promulgada a lei de 3 de janeiro de 1991, que regulamentou as chamadas empresas de inserção. Essas empresas tinham por objetivo a inclusão social e profissional de pessoas com algum tipo de dificuldade, por meio do exercício de uma atividade industrial, artesanal, comercial, agrícola ou de serviço e/ou a sua requalificação (UREI, 1994).

O que se pode concluir dessa experiência é que, apesar de se reconhecer o desafio que é promover a inclusão social por meio do meio ambiente, a França mostrou os possíveis caminhos para o alcance de pelo menos duas dimensões do desenvolvimento sustentável: a social e a ambiental, por meio de incentivos aos empregadores atuantes na área ambiental. Em 1993 foi criado o Programa dos Empregos Verdes e os Contratos Emprego-Solidariedade (CES), que previa a criação e o desenvolvimento do emprego na área ambiental e da aprendizagem. Em uma ação conjunta, os Ministérios do Trabalho e do Ambiente lançaram, em maio de 1994, a operação “empregos verdes”, sendo que por meio desta cooperação/operação, os Conselhos Regionais receberam do Estado uma dotação financeira encorajando, assim, as iniciativas locais a desenvolverem e promoverem o emprego pelas atividades de proteção ao meio ambiente (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, 1995) e (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, 1994).

Ainda com relação ao Programa de Inserção-Ambiente, foi criada outra modalidade de ingresso, o Programa Novos Serviços Empregos Jovens (NSEJ), voltado para os jovens de 16 a 23 anos, como incentivo ao primeiro emprego e qualificação profissional de jovens. De acordo com dados de IFEN/ORME (2005), no período correspondente a dezembro de 1997 a 31 de março de 2005, foram realizadas aproximadamente 40.300 contratações no setor ambiental por meio do dispositivo NSEJ, correspondendo à abertura de mais de 25.000 postos de trabalho. Segundo dados apresentados por IFEN/ORME (n.44, 2005), em dezembro de 2004, mais de 200.000 jovens foram recrutados em seus quadros, oportunizando cerca de 710 postos de trabalho distribuídos da seguinte maneira: empresas de recuperação ambiental (352 empregados), setor de captação, tratamento e distribuição de água e do tratamento de águas usadas (96 empregados) e em empresas de recolha, tratamento e gestão de dejetos sólidos (260 empregados).

Outro projeto desenvolvido na França dentro dos princípios de promoção de emprego no setor ambiental refere-se à Rede Economia Social e Meio Ambiente, desenvolvido na Île de France (departamento francês onde está localizada a metrópole de Paris), sendo este projeto parte integrante do programa “Contratos Verdes”, existente desde 1994. A rede Economia Social e Meio Ambiente tem por objetivo propiciar a criação de atividades sustentáveis no setor ambiental. Os primeiros organismos a se beneficiarem da rede com a ajuda dos Contratos Verdes foram as associações, as autarquias locais, as empresas de inserção e os organismos HLM (IFEN/ORME, 2000, no.27).

Pode-se dizer, ainda, que a França tem buscado atender às metas e objetivos impostos aos países membros da União Europeia, no que se refere aos índices de desenvolvimento sustentável. E, na consecução dessas metas, tem sido também pioneira na busca por soluções e melhoramentos no meio ambiente. Não obstante a isto, aquele país tem buscado resolver o problema do desemprego e da inclusão social, através do setor ambiental, no que tem conseguido êxito.

Ressalta-se que, para o alcance daquele objetivo, o governo francês tem disponibilizado recursos para a execução de estudos, políticas e programas que congregam estes dois segmentos, emprego e meio ambiente. Assim, várias instituições e órgãos governamentais franceses têm sistematicamente disponibilizado os dados criteriosamente organizados, difundindo-os na comunidade. Dentre estes órgãos, vale destacar os seguintes: o IFEN, os Ministérios Públicos do Trabalho (Dgefp) e do Meio Ambiente (DE, DIDD) da França, Unedic, APEC, Ademe, Insee-ANPE, dentre outros.

Uma vez apresentado este arcabouço legal e institucional, encarregado de operacionalizar a inclusão social pelo setor ambiental na França, será feita, a seguir, uma análise mais quantitativa dos empregos verdes naquele País, procurando demonstrar a evolução do Programa Inserção-Ambiente por meio de dados entre os anos de 1992 a 2004.

4 O setor ambiental e a geração dos empregos verdes na França

A política em matéria de meio ambiente e emprego na França torna-se mais evidente a partir dos anos de 1990 e tem tido grande apoio por parte da iniciativa privada. No Gráfico 1, que mostra a evolução do número de empregados pelo setor privado na área ambiental, podemos observar que a atuação e o desenvolvimento da política de emprego e meio ambiente na França tem conseguido uma importante participação da iniciativa privada, desonerando o Estado de parte dos custos relativos a estas políticas e programas.

Outro ponto importante que pode ser extraído da análise do Gráfico 1 é que a política ambiental em marcha na França não parece ser considerada como um entrave à economia e nem ao desenvolvimento, mostrando que o setor privado pode e deve participar ativamente do processo de desenvolvimento sustentável, produzindo mais com menos poluição e ainda gerando empregos. Os dados mostram ainda que o setor ambiental é atrativo aos investimentos privados, sobretudo porque a adoção de medidas e ações de responsabilidade ambiental tem se revelado como um respeitável fator de competitividade positiva.

Assim, observando o Gráfico 1, vemos que os índices de emprego ambiental público na França sofreram uma redução em contrapartida aos índices de emprego ambiental privados. E grande parte desse resultado se deve ao fato da transferência ao setor privado de competências anteriormente atribuídas ao setor público como, por exemplo, a coleta e tratamento do lixo, o tratamento de outros dejetos sólidos e a captação, tratamento e distribuição da água.

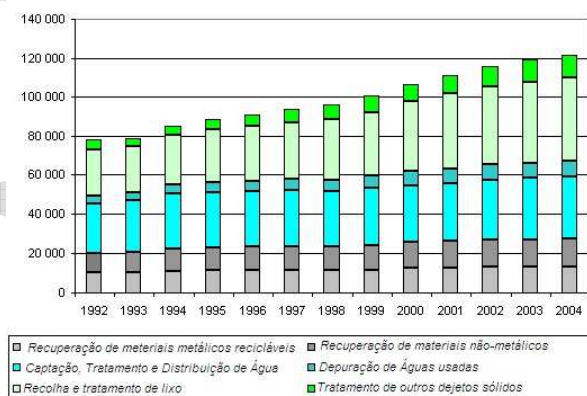


Gráfico 1 – A evolução do número de assalariados do setor privado por setor de atividade ambiental (1992-2004) – França

Fonte: Unedic – IFEN/ORME, 2005.

Notas: dados de 2004, códigos NAF 371Z, 372Z, 410Z, 900A, 900B, 900E, a classe « outros trabalhos de saneamento e infraestrutura » (900 G) não estão representados em razão destes não serem efetivos.

Tradução da Legenda: cinzas – recuperação de materiais metálicos e não-metálicos; azuis – captação, tratamento e distribuição de água, tratamento de águas residuais e esgotos; verdes – recolha e tratamento de lixo doméstico e tratamento de outros dejetos sólidos.

Um estudo de 2012 do Ministère de l'Écologie, Du Développement durable et de l'Énergie, denominado: “Chiffres clés de l'environnement”, mostra que entre os anos de 2004 e 2010, o número de empregos verdes (equivalente ao de tempo integral) aumentou em 20%, ou uma taxa média anual 3,4%, muito mais elevada do que a taxa média da economia global (0,5%), em comparação ao ano-base de 1997. Em 2008, impulsionado pelo forte aumento do investimento em energias renováveis (+25,5%, entre 2007 e 2008), os empregos verdes tiveram um crescimento significativo (+3,4%). Outro ponto a

destacar é que a desaceleração econômica ocorrida em 2009, resultante da crise financeira vivenciada nos países desenvolvidos, foi de menor magnitude nas eco-atividades em comparação ao conjunto da economia. E, a partir de 2010, o emprego em eco-atividades está subindo novamente, enquanto o restante da economia está estagna.

Os setores ligados ao meio ambiente que mais empregaram entre os anos de 2001 e 2004 na França, segundo dados da Association pour l'Emploi des Cadres - APEC foi no domínio de Risco e Segurança Ambiental. Ressalta-se que este é resultado do acréscimo dos empregos observados em outras competências, como a questão da qualidade e da higiene. Na análise do Gráfico 2, destaca-se que, além dos empregos no setor de risco e segurança, os empregos no domínio "gestão de águas" são predominantemente demandados pelas chamadas eco-indústrias, mostrando a absorção pelo setor industrial de normas e condutas ambientalmente corretas e/ou do crescimento das indústrias limpas.

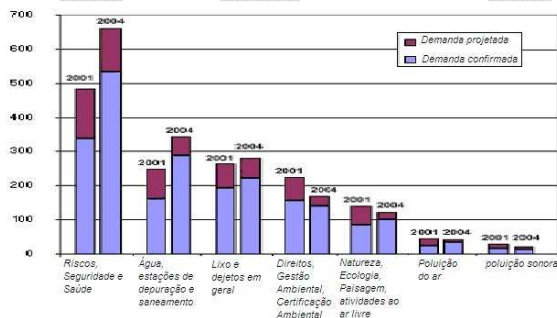


Gráfico 2 – Os principais setores demandantes de mão de obra no quadro de Meio ambiente (2001-2004), França

Fonte: APEC. Departamento de Estudos e Pesquisa. IFO45.pdf.

Nota: Muitos destes domínios podem ter sido demandados para ofertarem empregos.

Legenda e dos rótulos do Gráfico 2. legenda: azul – demanda e vermelho – números confirmados ou reais. Rótulos do gráfico, da direita para a esquerda: barulho; ar; natureza, ecologia, paisagem; direitos, gestão ambiental, certificação; lixo e dejetos; água, estações de depuração e saneamento; risco, seguridade e saúde.

Conforme se pode observar no Quadro 2, as atividades que mais têm empregado na França estão no domínio da Proteção Ambiental, principalmente nas atividades de águas usadas; lixo; natureza, paisagem e biodiversidade; e, barulho. Mas os outros domínios vinculados ao meio ambiente, como Água (captação, tratamento e distribuição); Quadro da Vida (educação ambiental, trabalhos de urbanismo e paisagismo, recreação e outros) e o de Recuperação (principalmente a reciclagem de materiais metálicos e não-metálicos) também são fortes demandantes de mão de obra.

| Áreas de Empregos em 2005 | Total | Porcentagem |
|--|--------|-------------|
| Proteção ambiental | | |
| Poluição do ar | 6 100 | 1,60% |
| Esgoto | 88 400 | 23,70% |
| Lixos | 98 700 | 26,40% |
| Lixos Radioativos | 2 100 | 0,60% |
| Reabilitação do solo e da água | 1 500 | 0,40% |
| Barulho | 10 400 | 2,80% |
| Medida, fiscalização e controle (1) | 4 000 | 1,10% |
| Natureza, paisagem e biodiversidade | 20 000 | 5,40% |
| Outros domínios ligados ao meio ambiente | | |
| Água | 36700 | 9,80% |
| Recuperação | 25800 | 6,90% |
| Quadro da Vida | 46800 | 12,50% |
| Atividades transversais | 33300 | 8,90% |
| Total | 373700 | 100% |

Quadro 2 – Dados dos Empregos Ambientais na França nos domínios e setores de atividades de meio ambiente para o ano de 2005

Fonte: Dados do Ifen/Orme, 2007. Elaboração própria.

Nota: (1) Os empregos de medida e controle efetuados pelos serviços públicos estão incluídos nas atividades transversais.

O Gráfico 3 mostra a distribuição em 2005 na França dos mais de 373.700 empregos verdes, nas atividades ambientais e nos seus principais domínios. Além disso, apresenta também a sua distribuição percentual entre as atividades e domínios ambientais, classificadas em Proteção Ambiental, outras atividades relacionadas com o meio ambiente e as atividades transversais. Em relação à legenda, chama-se a atenção para o fato de que os espaços em rosa se referem aos dados iniciais ou a estimativas, e os espaços em azul, são os dados confirmados ou realizados. Assim, observa-se que quase 50% dos empregos ambientais estão distribuídos em apenas duas atividades: uma é a dos Dejetos (ou lixos), com 26,4% do total de empregos no ano de 2005; e a outra atividade é a das Águas Usadas, representando 23,7% do total dos empregos.

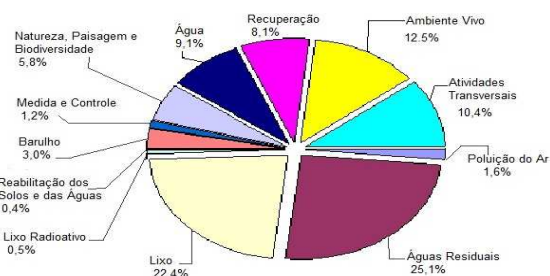


Gráfico 3 – Distribuição dos empregos ambientais entre os principais setores do Meio Ambiente – França (2005)

Fonte: Ifen/Orme, 2007. Relatório da Comissão de Contas e de Economia do Meio Ambiente.

Nota: os empregos de medida e controle efetuados pelos serviços públicos estão incluídos dentro das atividades transversais.

É importante registrar que existe, na França, uma rede de informações que disponibiliza dados sobre os empregos ambientais, a partir da Nomenclatura de Atividades Francesas - NAF. As informações sobre empregos ambientais estão disponibilizadas da mesma forma que a de outros empregos tradicionais. Estes dados estatísticos são coletados através das Declarações Anuais de Dados Sociais – DADS, que se constituem numa fonte estatística detalhada sobre as características das ocupações e empregos (que poderia ser comparada, no Brasil, com a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego).

As informações disponibilizadas são sobre os estabelecimentos, permitindo uma observação minuciosa das atividades secundárias e ainda de computar os empregadores públicos não-estatais. Pode-se, também, coletar informações sobre o salário médio por categoria sócio-profissional; o gênero do empregado; o tamanho do estabelecimento; dentre outros indicadores. Contudo, registra-se que ainda são poucos os códigos que a NAF 700 disponibiliza as atividade no setor ambiental⁴ e a rubrica NAF F60⁵ fornece valores agregados por domínio ambiental. Destaca-se, a seguir, as atividades ambientais e seus respectivos códigos coletadas e aplicadas no Gráfico 4:

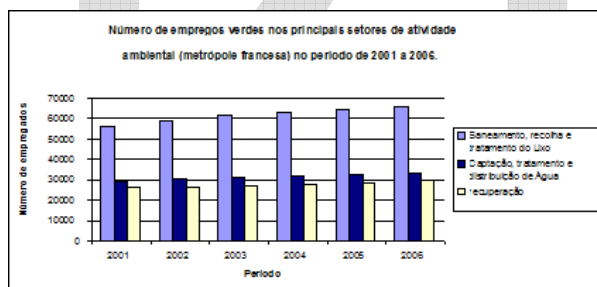


Gráfico 4 – Empregos Verdes na França de 2001 a 2006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Assedic.fr. Classificação das atividades econômicas da França - NAF 700.

No Gráfico 4, mostra-se o crescimento do número de empregos efetivos entre os anos de 2001 a 2006 na grande metrópole francesa, podendo-se observar, também, que é invariável a proporção entre os segmentos de atividades ambientais. Ou seja: o número relativo entre os domínios do Lixo (cor azul clara), da água (azul escuro) e de recuperação (amarelo) são os mesmos, apesar do volume destes

⁴Recuperação com a reciclagem de materiais metálicos (código 37.1Z) e não-metálicos (código 37.2Z) recicláveis; coleta e tratamento de águas usadas (código 90.0A), coleta e tratamento dos lixos tradicionais (código 90.0B), tratamento de outros dejetos sólidos (código 90.0E) e infra-estrutura, despoluição e atividades similares (código 90.0G); captação, produção e distribuição de água (código 41.0Z).

⁵ Código 90 (Saneamento, recolha e gestão de dejetos); código 41 (Captação, tratamento e distribuição de água) e código 37 (recuperação).

crescerem positivamente ao longo dos anos. Contudo, o setor de recuperação é o que demonstrou um crescimento mais moderado, principalmente no período de 2001 a 2004.

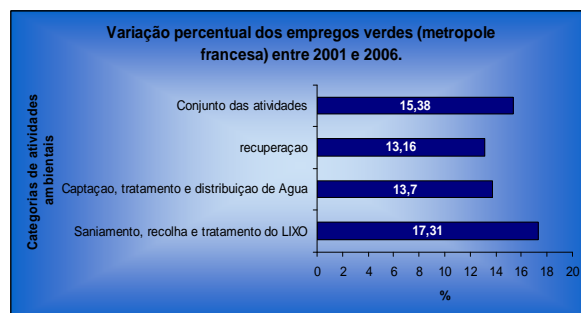


Gráfico 5 – Variação percentual entre 2001 e 2006 (França)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Assedic.fr. Classificação das atividades econômicas da França - NAF 700.

O Gráfico 5 mostra a variação percentual nos principais domínios ambientais entre os anos de 2001 e 2006 na metrópole francesa, bem como a variação total do conjunto dos empregos ambientais concentrados nesses domínios para o mesmo período. Assim, os empregos no domínio de Saneamento, Recolha e Tratamento do Lixo tiveram um crescimento de 17,3%, aproximadamente, estando acima da média do crescimento no número total de empregos ambientais na metrópole francesa no mesmo período, que representou aproximadamente 15,4%, no conjunto das atividades, como pode ser visto no gráfico.

5 Os empregos verdes no Brasil e no Nordeste brasileiro

A política relacionada à proteção do ambiente e dos recursos naturais no Brasil começou a dar seus primeiros passos na década de 1990. O desmatamento acelerado da Floresta Amazônica e a crise energética vivenciada em 2001 são sinais claros de que a degradação ambiental tem tomado grandes dimensões, e que a escassez de alguns recursos naturais trará sérias consequências no futuro. Além disso, os fenômenos observados no país ultimamente, como as enchentes nas grandes cidades, devido ao acúmulo de lixo, a ocupação desordenada das periferias, a expansão desenfreada da fronteira agrícola, com o empobrecimento dos solos agricultáveis, são exemplos da falta de engajamento do setor público na busca pelo desenvolvimento sustentável.

A região do Semiárido apresenta muitos problemas relacionados ao meio ambiente, sendo os principais a desertificação e a degradação ambiental, decorrentes da atividade agrícola de monoculturas, do uso de queimadas para replantio, urbanização

desordenada dos pequenos municípios, falta de estrutura de saneamento básico, mau uso dos recursos naturais. Em relação aos problemas socioeconômicos pode-se relacionar: o baixo nível de investimento pelo setor privado, principalmente por falta de mão-de-obra qualificada; a baixa disponibilidade de recursos hídricos; infraestrutura da malha viária deficiente; alta concentração de renda; pirâmide etária em forma de ampulheta, grande número de crianças e idosos; e, ainda, o fato de a ocupação humana e econômica da região semiárida do Nordeste ter se estruturado em volta do complexo de atividades de pecuária, algodão e agricultura familiar (SILVA, 2006) e (SCHENKEL E MATALLO JUNIOR, 2003).

Não obstante, é possível vislumbrar no país um leque de medidas relacionadas com a política ambiental, que vão desde instrumentos legislativos até mesmo a instrumentos financeiros, e que apesar de ainda serem incipientes, essas ações têm sido cada vez mais reforçadas, como discutido em Bursztyn e Bursztyn (2006) e Scardua e Bursztyn (2003). Contudo, vale ressaltar que o exercício e a execução da legislação ambiental no Brasil têm que deixar de ser apenas normativos, abandonando o nível do discurso e assumindo tais medidas na prática, embora a análise empírica mostre que já existem muitas ações efetivas dos setores público e privado nesta direção.

Para alguns setores da economia, a proteção do meio ambiente e uma utilização mais eficiente dos recursos naturais estão atreladas ao aumento dos custos operacionais. Porém, muitas experiências⁶ têm demonstrado que a incorporação de atos ecologicamente corretos ou de gestão ambiental, por parte das empresas e do Estado, conduzem frequentemente à redução de custos, a uma maior competitividade e à preservação e criação de empregos.

Segundo o estudo “Politiques de Environnement et Emploi” (OCDE, 1996), os empregos perdidos atribuídos às políticas ambientais são em menor número do que os atribuídos a outras decisões tomadas por empresas e governos, como por exemplo: automação das fábricas, investimentos estrangeiros, reduções orçamentárias, privatizações, etc. Assim, o que se observa como resultado desse processo de intervenção estatal no setor do meio ambiente é a criação de novas categorias e/ou empregos.

No Brasil, já é possível vislumbrar algumas intervenções do Estado nesse sentido, embora ainda incipientes, sobretudo no que se refere às ações de caráter preventivo e de planejamento (como a concessão das licenças e relatórios ambientais) que já são obrigatórias para realização dos empreendimentos econômicos. Em uma escala menor, encontram-se as ações de caráter educativo e punitivo, como por exemplo, a execução de processos judiciais. Mas, de maneira mais abrangente e institucional, o Estado brasileiro vem atuando na elaboração de leis e regulamentos ambientais.

Não obstante, ainda não existem no Brasil políticas públicas que busquem a solução dos problemas de emprego utilizando-se do setor ambiental. Porém, é possível observar o crescimento indireto de empregos via este setor, como a contratação de servidores públicos para atuação em instituições governamentais que visam buscar um melhor tratamento para o Meio Ambiente (o quadro de pessoal do Ibama, ICMBio, ANA – Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente - MMA e das Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, do Incra, da Embrapa). Outro exemplo de empregos advindos do setor ambiental no Brasil são os empregos diretos e indiretos gerados pela implementação de políticas de desenvolvimento regional, ou ainda, políticas de desenvolvimento para setores de produção ligados ao meio rural, como a agricultura, a pecuária, a pesca, dentre outras.

Assim, evidencia-se a importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional brasileiro e, ainda nos dias de hoje, a necessidade de sua atuação efetiva para reverter essa polarização industrial e técnico-científica entre as várias regiões brasileiras, assim como para promover uma maior dispersão do investimento no território, com preservação ambiental e inserção social. Segundo Droulers (1990), a atuação do Estado nesta direção, seria capaz de reverter os mecanismos concentradores, que caracterizam o período de substituição de importações no Brasil, em direção a formas territoriais dispersas, fundadas dentre outras maneiras, na produção flexível.

As análises realizadas num estudo comparativo entre a França e o Brasil mostram que o Estado desempenhou papel determinante na afirmação dos centros de produção com maior densidade tecnológica nestes dois países, independente do seu grau de desenvolvimento. Exemplos dessa atuação seria o segmento aeroespacial (como ocorre em Toulouse-FR e São José dos Campos-BR), ou o eletro-eletrônico e informática (como pode ser observado em Grenoble-FR e Campinas-BR). Vale destacar que não se trata apenas da ação do Estado como o poder central (que no Brasil corresponde à União), mas sim de uma ação conjunta das diversas esferas de poder governamental que envolve desde órgãos federais até entidades municipais, no caso brasileiro, ou as *comunas*, no caso francês (BECKER; EGLER, 1991).

Sobre esta mesma temática, mas com perspectivas diferentes, as pesquisadoras Droulers e Broggio (2008) publicaram um estudo, onde fazem uma análise comparativa entre a evolução da dinâmica territorial e dos tipos de governança na França e no Brasil, destacando o período marcado pela democratização e a descentralização presentes nesses dois países. Neste texto, é apresentado um interessante quadro⁷ onde é feita uma análise da evolução política e

⁶Ver mais em Celestin (1997), Martins, Ramos e Freire (1998), Filgueira (1998).

⁷ Este quadro será apresentado no próximo capítulo onde será mais bem discutido o tema da participação social (democratização) e a intervenção participativa do Estado (descentralização) para a promoção do desenvolvimento sustentável.

dos processos de gestão e reordenamento do território francês e brasileiro. As autoras buscam mostrar que o desenvolvimento econômico, político e a dinâmica de ordenamento territorial são fortemente marcados por diversas fases, quanto à estrutura de poder e intervenção por parte do Estado e de maior ou menor democracia social ou do mercado.

Em 2009, a Organização Internacional do Trabalho no Brasil divulgou uma cartilha⁸ sobre empregos verdes. Segundo aquela organização, espera-se que haja 20 milhões de empregos no mundo até os anos 2030 para a área de energias renováveis e, atualmente, contabilizou 2,5 milhões, dos quais o Brasil responde por cerca de 730 mil, em hidrelétricas e em biomassa⁹. Porém, apesar de ser otimista e ter uma conceituação diferenciada e mais ampla quanto aos empregos verdes, a Organização alerta que muitos desses empregos podem ser sujos, perigosos e difíceis, principalmente nas áreas da agricultura e reciclagem (OIT, 2009a).

Vale registrar que, no Brasil, ainda não se dispõe de uma base de dados formais que forneçam informações cruzadas e/ou relacionadas entre Meio Ambiente e Emprego, nem pelos órgãos públicos e pelos seus organismos de pesquisa, nem por parte das grandes organizações de ensino e pesquisa públicas ou privadas do país.

No caso brasileiro, os dados são desagregados e não há uma sistematização formal que reúnam dados de emprego e ações sobre o meio ambiente. Assim, para contabilizar os empregos verdes no Brasil, foram selecionadas nove categorias de emprego com interface ambiental, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Brasil. Esses dados são de empregos formais no período de 2001 a 2006, e se referem à região Nordeste e à totalidade do Brasil, obtidos por meio das informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE.

Vale salientar, ainda, que a classificação dessas atividades no setor ambiental é de autoria própria dos autores, pois os órgãos públicos de informações estatísticas e sociais do Brasil, como o IBGE e o MTE, ainda não usam a rubrica “Empregos Ambientais” ou “Setor Ambiental” em suas nomenclaturas, classificações ou setores.

No Brasil, considerando os dados disponibilizados pela RAIS, observou-se que, assim como na França, os principais setores onde há empregos ambientais ou verdes são: Limpeza urbana e esgoto e, Coleta de lixo e águas residuais, esgoto doméstico e industrial e atividades similares. Vale ressaltar que esta é uma realidade encontrada em todo o país, e mantida na região Nordeste. Também se observou que o setor de maior demanda desses empregos é o setor privado, embora não se tenha esta

informação em separado, disponibilizada pela RAIS. Isto ocorreu principalmente após o processo de desestatização de quase todas as companhias de água e esgoto estaduais, como também após o início da terceirização da limpeza urbana e da coleta de lixo por parte de muitos municípios brasileiros.

A seguir, nos Gráficos 6 e 7, será apresentada a distribuição percentual dos empregos verdes no ano de 2006, para o Brasil e o Nordeste, respectivamente. Nesses gráficos pode ser constatado que os setores vinculados ao meio ambiente (na França são denominados como Setores Ambientais) que mais crescem e empregam, segundo a CNAE do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil são em primeiro lugar: Limpeza Urbana, Esgoto e Atividades Relacionadas; e, em segundo lugar: Captação, Tratamento e Distribuição de Água. Ou seja, as categorias de atividades ambientais dos setores do Lixo e da Água.

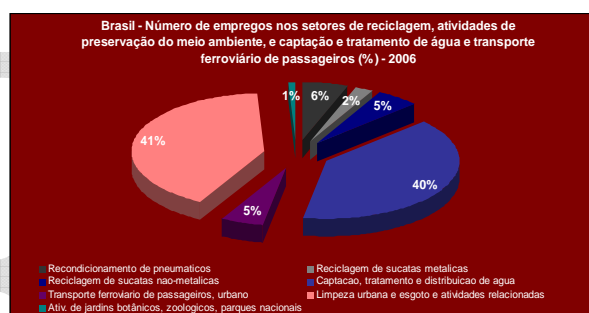


Gráfico 6 – Distribuição Percentual dos Empregos Ambientais – Brasil (2006)

Fonte: Dados da RAIS/MTE – Brasil. Elaboração própria.

No gráfico a seguir pode-se observar que, percentualmente, o número de empregos na Captação, tratamento e distribuição de Águas para o Nordeste é relativamente menor do que no total para o Brasil. Este dado nos revela que ainda existe a necessidade de investimentos públicos em infraestrutura básica no Nordeste do Brasil, como o fornecimento de água potável e tratada, contribuindo, por conseguinte para a diminuição de problemas e custo com Saúde, questões ainda tão graves na região.

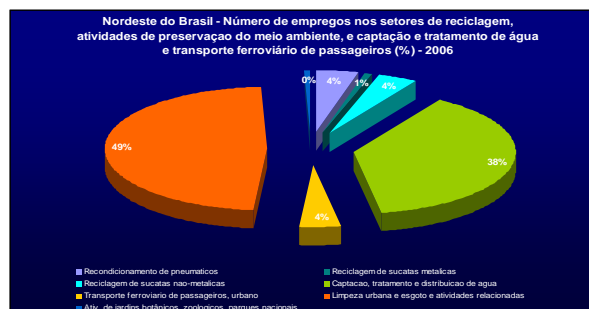


Gráfico 7 - Distribuição Percentual dos Empregos Ambientais – Nordeste (2006)

Fonte: dados da RAIS/MTE – Brasil. Elaboração própria.

⁸Disponível em: <

<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=436> >.

⁹Ver Quadro 1.

Algumas considerações podem ser realizadas a partir dos dados apresentados sobre os empregos ambientais na França e no Brasil. A primeira delas é que, em matéria de Política Ambiental, o Brasil tem condições concretas para atender as necessidades e objetivos propostos para o alcance das metas tanto da Agenda 21, quanto a busca por um desenvolvimento sustentável. Contudo, no tocante às políticas sociais, como de emprego e renda e de inserção dos jovens, deficientes físicos e idosos, ainda temos muito a fazer. E este é o segundo ponto, pois tanto o setor público quanto o setor privado brasileiro ainda não têm percebido as possibilidades de ganhos e rentabilidade que o meio ambiente pode proporcionar, seja por meio da exploração diferenciada e criteriosa da natureza, seja através da preservação, manutenção e recuperação ambiental.

Assim, enquanto o setor ambiental na França tem sido utilizado para a promoção de renda e emprego, no Brasil o meio ambiente ainda é passível de problemas básicos, como a dificuldade de execução e manutenção da Política Ambiental, a deficiência na fiscalização, a operacionalização das agendas ambientais e a concessão do licenciamento ambiental. Além disto, deve ser ressaltado o fato de ainda não existir, no Brasil, uma política interligada entre os Ministérios do Trabalho e Emprego com o Ministério do Meio Ambiente, na busca de soluções para seus problemas centrais: alternativas para o desemprego e baixa renda de grande parte da população brasileira; e alternativas para preservação e sustentabilidade ambiental, constantemente alvo do processo de degradação, crescimento desigual e sem planejamento de longo prazo.

6 Conclusões

A noção de sustentabilidade vem contribuir consideravelmente com a tarefa de conciliar desenvolvimento econômico, a diminuição da desigualdade social e o cuidado com as questões ambientais. Uma questão importante nesse conceito diz respeito à valorização de outras dimensões do desenvolvimento, para além da econômica, e a incorporação da sociedade na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas, conduzindo à necessidade de emergência de novos canais de diálogo entre o Estado e a sociedade, elevada à categoria de capital social.

Constata-se, no entanto, que o Brasil ainda carece de políticas públicas que articulem as ações entre os diversos setores, como o econômico, o social e o ambiental, com vistas ao alcance do Desenvolvimento Sustentável. Como exemplo, temos a inexistência de articulação entre as políticas de emprego e renda a partir do meio ambiente. Nessa perspectiva, com uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Meio Ambiente, poder-se-ia diminuir os índices de desemprego a partir do aumento das ações de

preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente.

Ressalta-se que, com esta afirmativa, não se propõe que os problemas de emprego no Brasil sejam solucionados apenas com a implementação de políticas ligadas ao meio ambiente e de fiscalização do cumprimento da legislação ambiental. A proposta é apontá-los como possíveis caminhos e sinalizar para os gestores públicos que o planejamento e o desenvolvimento de projetos ambientais podem gerar e aumentar os postos de trabalho, atrelando-se uma política social, que vise a geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população à preservação ambiental, como o que se observa na experiência francesa.

A França tem desenvolvido uma política articulada entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Trabalho, na busca conciliada dos problemas ambientais e de (des)emprego. Este é sem dúvida um grande desafio, pois são problemas de grande envergadura. Naquele país, a luta contra a poluição e a degradação do meio ambiente e a busca pela diminuição do desemprego e pela inclusão social no crescimento econômico, fizeram que o Estado se munisse de um arsenal de programas e políticas composto por várias leis e regulamentos, e ainda de mecanismos de financiamento, de processos de decisão e de novas instituições.

Convém lembrar que a França tem o apoio (e a fiscalização) da União Europeia para fazer face às metas de Desenvolvimento Sustentável proposta para as nações-membro. Assim, na busca pelo desenvolvimento sustentável, a política francesa tem demonstrado ser possível aliar a proteção ambiental e a justiça social, indicando assim que a articulação desses pontos é, ao mesmo tempo, audaciosa e sensata.

Como pôde ser observado, por meio dos dados, no Brasil ainda se necessita de políticas públicas que articulem, por exemplo, o setor ambiental com o setor do trabalho e emprego. Ou seja, pode-se dizer que, no Brasil, não obstante os instrumentos legais e políticos que regulam e buscam gerir o meio ambiente serem bastante desenvolvidos e atenderem às necessidades locais, falta, para sua plena efetivação, maior empenho por parte das autoridades na sua execução e comprometimento com as questões ambientais e sociais, para que diante dos conflitos gerados na implementação das políticas ambientais e na busca de metas sociais, os programas e políticas sejam levados a cabo.

A partir dessas análises, pode-se concluir que é perfeitamente possível fazer algumas aproximações entre as ações ocorridas na França e o caso brasileiro, sobretudo quanto à evolução no seu desenvolvimento, na forma de governo (ou governança) e na ocupação do território e, a partir disto, adaptar aquela experiência para a nossa realidade. Destaca-se, assim, a importância do planejamento e da operacionalização de políticas públicas elaboradas com a participação da sociedade, a fim de se ter um maior alcance no

atendimento das necessidades e prioridades locais, bem como na melhor forma de implementação dessas políticas. Ao longo do tempo, temos observado que a imposição por parte dos gestores públicos ou o simples investimento de recursos governamentais, sem a participação da sociedade no seu planejamento, pode frustrar o alcance dos objetivos esperados.

Ao fazermos esta exposição sobre o caso francês, quanto a conduta ou intervenção do Estado na resolução conjunta de problemas como a inclusão social e a preservação do meio ambiente, buscamos mostrar que é possível tratar as questões sociais e ambientais simultaneamente, contribuindo com a produção e a geração de emprego e renda. Assim, o papel de interventor do Estado, dentre outros, deve estar para promover o desenvolvimento econômico, garantindo que as dimensões social e ambiental tenham sua importância na operacionalização das políticas públicas, que no Brasil faz-se urgente e necessário para o alcance de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável para a Região Nordeste.

Referências

- ADEME. **Rapport d'enquête sur les 600 CES externes**. Ademe, Service Economique-Prospectives, sept. 1994, p. 5.
- APEC. Association pour l'emploi des cadres. In: **La Feuille de l'Orme**, n. 45, octo. 2005. Disponível em: < <http://www.ifen.fr/acces-thematique/emploi/orme/la-feuille-de-lorme.html> >. Acesso em: fev. 2008. IFO45 em PDF.
- ASSEDIC. Statistique annuelle de l'emploi salarié au 31 déc. Métropole. **Activité économique NAF 700: Taille d'établissement (2001 a 2006)**. Disponível em: <<http://info.assedic.fr/unistatis/index.php?module=bdd&idSousMenuPrec=12229&idmenu=12262&idarticle=12204&menu=unistatis&idpere=&chemin=10491|12226|12229|12262|&persform=1>>. Acesso: 15 abr. 2008.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- BARRÉ, R.; GODET, M. **Les nouvelles frontières de l'environnement**, Paris, Éd. Economica, 1982, p.70.
- BECKER, B.; EGLER, C. A. G. **Estudo comparativo dos pólos tecnológicos do Brasil e da França**. Relatório inédito de pesquisa de Projeto de cooperação bilateral CNPq/ CNRS, 1991. Mimeo.
- BIT.ETIEPE. Répercussions sur emploi et la formations des politiques de l'environnement en Europe. In: RÉUNION TRIPARTITE D'EXPERTS, Genève, 29 nov. a 5 dec. 1989. **Anais...** Genève, 1989, p. 3.
- BRASIL. **Gestão do lixo**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/gestao-do-lixo/reciclagem> >. Acesso em: dez. 2012.
- BROGGIO, C.; DROULERS, M. **Les territoires à l'épreuve du développement: réflexions sur la régionalisation au Brésil et en France**. Paris, set. 2008. Mimeo.
- BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. **Gestão ambiental no Brasil: arcabouço institucional e instrumentos**. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANA, João N. de S. (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CELESTIN, J. B. **Ambiente e emprego: experiências francesas**. Coimbra: Ministério do Emprego e da Qualificação; DGEFP/CIME, 1997. (Coleção Cadernos de Empregos, n.10).
- _____. **Ambiente e emprego: experiências francesas**. In: SEMINÁRIOS SOBRE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E O DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE, 1996. Coimbra. **Anais...** Coimbra: Ministério do Emprego e da Qualificação; DGEFP, 28 e 29 nov. 1996.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Destaque na UE para os empregos ambientais**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000. Arquivo em PDF. Disponível em: <<http://europa.eu.int>>. Acesso em: 12 jan. 2002.
- COMMISSION EUROPÉENNE. **L'emploi en Europe**. Direction générale emploi, relations industrielles et affaires sociales. Luxembourg, 1995. p. 142.
- COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comunicação da: sobre o ambiente e o emprego: realização de uma Europa sustentável**. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997. Arquivo em PDF. Disponível em: <<http://europa.eu.int>>. Acesso em: 10 de jan. 2002.
- CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. **Ambiente, emprego e desenvolvimento**. Bhalla, A. S. (Trad.). Lisboa : Gráfica Maiadouro, 1994.
- DROULERS, Martine. **Dynamiques Territoriales et Inégalités Regionales**. In: DROULERS, M. (Coord.). **Le Brésil à l'aube du Troisième Millénaire**. Paris: CREDAL/IHEAL, 57-75p. 1990.
- DROULERS, M.; BROGGIO, C. **Le Brésil: que sais-je?**. França: Presses Universitaires de France, 2008.
- FILGUEIRAS, M. J. M. **Protecção do ambiente e criação de emprego: o exemplo alemão**. Portugal: Ministério para Qualificação e o Emprego, 1998. (Coleção Cadernos de Emprego, n.14).
- FRANCE, Ministère de L'Écologie et Du Développement durable. **Entreprises et environnement: rapport à La Commission des comptes et de l'économie de l'environnement**. La Documentation Française, Paris. 2004.

FRÉMONT, A. **Analises e reflexões:** geografia da França. Jan. 2001. Disponível em: <<http://www.france.org.br/abr/imagesdelafrance/Formato%20PDF/geografia.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais PNAD 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=977>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

IFEN/BIPE Conseil. **“Politique de l’eau et emploi” et “Politique des déchets et emploi”.** Ministère de L’environnement (DRAEI), fev. 1993.

IFEN/ORME. Gestion des eaux usées et des déchets. In: **Le 4 pages.** n. 27, 1997. Disponível em: <<http://www.ifen.fr/uploads/media/de27.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2008.

_____. La protection de l’environnement, une activité en nette augmentation en 2005. In: **La Feuille de L’Orme.** n. 46, sep. 2007. Disponível em: <<http://www.ifen.fr>>. Acesso em: 05 maio 2008.

_____. L’emploi environnement. In : **La Feuille de L’Orme.** n. 44, avril. 2005. Disponível em: <<http://www.ifen.fr>>. Acesso em: 05 maio 2008.

_____. **Rapport de La commission des comptes et de l’économie de l’environnement,** 2007. Disponível em : <<http://www.ifen.fr/donnees-essentielles/emplois/emplois-environnement/htm>>. Acesso em: 22 maio 2008.

INSEE-ANPE. **Dados sobre emprego na França.** Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/bases-de-donnees/bsweb/doc.asp?idbank=001616921>>. Acesso: dez. 2009.

MARTINS, Á. **Colóquio Economia Ambiente e Sociedade.** Disponível em: <<http://www.ces.pt/file/doc/153>>. Acesso em: 24 maio 2007.

MARTINS, Á.; RAMOS, T. B.; FREIRE, I. **Os empregos verdes e a política de emprego.** Coleção Portugal: Ministério para Qualificação e o Emprego, 1998. (Cadernos de Emprego, n.12).

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). **Economia do meio ambiente:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MINISTERE DE L’ENVIRONNEMENT. **L’emplois vert. Bilan et perspectives.** Actes ducolloque Du. Paris, 2 fev. 1995.

_____. **L’Évaluations des CES environnement.** Ministère de l’environnement, Paris, sept. 1994.

MINISTERE DE L’ÉCOLOGIE, de l’Energie, du Développement durable et de l’Aménagement du territoire - França. **La base de données des métiers et formations en environnement de l’Ifore.** Disponível em: <<http://ifore-formation.kaliop.com>>. Acesso em: 05 maio 2008.

MINISTÈRE DE L’ÉCOLOGIE, du Développement durable et de l’Énergie (France). **Chiffres clés de l’environnement.** (2012). Disponível em: <<http://www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/publications/p/1942/1097/chiffres-cles-lenvironnement-edition-2012.html>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

OCDE. Politiques de l’environnement e emploi. Groupe sur l’intégration des politiques économiques et de l’environnement. ENV/EPOC/GEEI (95)7, févr. 1996.

OIT. **Empregos verdes no Brasil.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=436>>. Acesso em: 20 dez. 2009a.

_____. **Empregos verdes:** trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono. Versão traduzida para o português. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=406>>. Acesso em: 10 dez. 2009b.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados para Brasil e Nordeste de atividades relacionadas com o meio ambiente segundo as CNAE’s para o período 1997 a 2007.** Brasília, 2008.

RELATÓRIO GREEN JOBS: **Towards sustainable work in a Low-Carbon World.** Disponível em: <http://www.unep.org/publications/search/pub_details_s.asp?ID=4002>. Acesso em: dez. 2009. 350 págs. PDF.

SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. **Revista Sociedade e Estado.** v. 18, n. 1/2, Brasília, 2003.

SCHENKEL, C. S.; MATALLO JUNIOR, H. **Desertificação.** Brasília: UNESCO, 2003.

SILVA, A. B. da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino:** um outro olhar sobre o Cariri Paraibano. 2006. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

UNEDIC. **Evolution du nombre de salariés du secteur privé par secteur d’activité environnemental.** In: IFEN/ORME. n. 45, out. 2005. Disponível em: <http://www.ifen.fr/uploads/media/emploi2_01.pdf>. Acesso em: 05 maio 2008.

UNION RÉGIONALE DES ENTREPRISES D’INSERTION. **L’insertion par l’entreprise.** Rhône-Alpes, sept. 1994.